

## Varição linguística no ensino de língua portuguesa: a compreensão de alunos do Ensino Fundamental II

### *Linguistic Variation in Portuguese Language Teaching: Lower Secondary Students' Understanding*

**Paula Elisie Madoglio Izidoro**

Universidade Estadual do Norte do Paraná, Brasil.

**Paula Elisie Madoglio Izidoro**

Doutora em Estudos da Linguagem.  
Grupo de Pesquisa em Ensino e Formação de Professores.  
<https://orcid.org/0000-0001-6321-3554>.  
paula.izidoro@uenp.edu.br

Submetido em: 27/08/2025

Aceito em: 19/01/2026

Publicado: 31/03/2026

*e-Location*: 20033



ISSN: 2317-9945 (On-line)  
ISSN: 0103-6858 (Impressa)

### Resumo

A variação linguística é um fenômeno intrínseco às línguas e, por isso, deve ser considerada no ensino de língua materna. Este trabalho teve como objetivo verificar o que alunos do 7º ano do Ensino Fundamental II compreendem sobre variedades linguísticas e refletir como a temática é contemplada em materiais didáticos e na prática docente. A pesquisa foi realizada em uma escola particular do Paraná, com 18 alunos participantes, por meio da aplicação de questionários analisados segundo a metodologia de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2010). O referencial teórico baseou-se em autores como Bagno (2002; 2009), Bortoni-Ricardo (2004), Labov (1966), Faraco (2017), Camacho (2011) e Possenti (1996). Os resultados mostraram que os estudantes, em geral, compreenderam a noção de variedade linguística, reconheceram a presença de diferentes formas de expressão em materiais didáticos e destacaram a relevância de sua abordagem pelos professores. Conclui-se que o ensino da língua portuguesa deve promover uma prática pedagógica inclusiva e crítica, tal qual prega Scherre (2021), ao promover convivência harmoniosa entre as diferentes formas de falar, valorizando a diversidade linguística e contribuindo para o enfrentamento do preconceito linguístico.

**Palavras-chave:** Sociolinguística; língua materna; variedades linguísticas; Análise de Conteúdo.

### Abstract

*Linguistic variation is a phenomenon intrinsic to languages and, therefore, should be taken into account in the teaching of the mother tongue. This study aimed to examine what 7th-grade students in lower secondary education understand about linguistic varieties and to reflect on how this topic is addressed in teaching materials and in classroom practice. The research was conducted at a private school in the state of Paraná, Brazil, with 18 participating students, through the application of questionnaires analyzed according to the Content Analysis methodology proposed by Bardin (2010). The theoretical framework was based on authors such as Bagno (2002; 2009), Bortoni-Ricardo (2004), Labov (1966), Faraco (2017), Camacho (2011), and Possenti (1996). The results showed that students generally understood the notion of linguistic variation, recognized the presence of different forms of expression in teaching materials, and highlighted the relevance of this topic being addressed by teachers. It is concluded that the teaching of Portuguese should promote an inclusive and critical pedagogical practice, as advocated by Scherre (2021), fostering harmonious coexistence among different ways of speaking, valuing linguistic diversity, and contributing to the confrontation of linguistic prejudice.*

**Keywords:** Sociolinguistics; mother tongue; linguistic varieties; Content Analysis.

## **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

A língua é um fenômeno vivo e dinâmico, que se transforma continuamente a partir de diversos fatores, entre eles: sociais, culturais, regionais, etários e profissionais. Essa natureza heterogênea gera as chamadas variações linguísticas, cuja compreensão é essencial para o ensino de língua materna em contexto escolar. No entanto, historicamente, a escola brasileira privilegiou a norma-padrão, tratada como única forma legítima de expressão, o que resultou em práticas pedagógicas excludentes e em diferentes manifestações de preconceito linguístico (Bagno, 2002; Bortoni-Ricardo, 2004).

A valorização da norma-padrão em detrimento das demais variedades reflete relações de poder e reforça desigualdades sociais (Labov, 1966; Gnerre, 1985). Nesse cenário, a sociolinguística propõe uma abordagem crítica e inclusiva, que reconhece a diversidade linguística como constitutiva da comunicação humana e, portanto, como elemento indispensável ao processo de ensino-aprendizagem. Diversos autores (Possenti, 1996; Camacho, 2011; Faraco, 2017) defendem que o ensino de língua portuguesa precisa superar uma visão reducionista, baseada apenas em regras

gramaticais, e passar a contemplar a língua em uso, em suas múltiplas formas de realização.

Diante disso, este estudo parte da seguinte questão de pesquisa: como alunos do 7º ano do Ensino Fundamental II compreendem a noção de variedade linguística e de que modo essa temática é abordada em materiais didáticos e nas práticas docentes? Para responder a essa pergunta, o trabalho adota como referência a Análise de Conteúdo (Bardin, 2010) e investiga a compreensão de estudantes em uma escola particular do interior do Paraná.

Assim, os objetivos centrais deste artigo são: (a) discutir a relevância da sociolinguística educacional como perspectiva teórica e pedagógica; (b) analisar a compreensão dos alunos acerca das variedades linguísticas; (c) verificar a presença dessas variedades nos materiais didáticos utilizados; e (d) observar em que medida os professores de Língua Portuguesa promovem reflexões sobre o tema em sala de aula.

Dessa forma, busca-se contribuir para o debate sobre uma educação linguística democrática e crítica, capaz de valorizar as diferentes formas de expressão presentes no português brasileiro e de combater o preconceito linguístico que ainda persiste no ambiente escolar.

## **SOCIOLINGUÍSTICA, VARIAÇÃO E SALA DE AULA**

A Sociolinguística é uma área do conhecimento que se dedica a estudar a língua em seu uso real, considerando tanto a sua estrutura quanto os aspectos sociais e culturais de determinado contexto, ou seja, podemos dizer que a Sociolinguística tem como objeto o “estudo da língua falada, observada, descrita e analisada em seu contexto social” (Alkmim, 2011, p. 31). Nesse sentido, Cezário e Votre (2013, p. 141) afirmam que “a língua é uma instituição social e, portanto, não pode ser estudada como uma estrutura autônoma, independentemente do contexto situacional, de cultura e da história das pessoas que a utilizam como meio de comunicação”.

Nesse sentido, linguagem e sociedade estão ligadas entre si de modo inquestionável (Alkmim, 2011), em outras palavras, “a linguagem sempre se realiza

dentro de uma língua de uma estrutura linguística definida e particular, inseparável de uma sociedade definida e particular” (Benveniste, 1976, p. 31).

Dessa forma, o estudo da relação entre linguagem e sociedade faz-se extremamente necessário, visto que cada indivíduo, então, está inserido nessas comunidades de fala e partilha atividades e semelhanças com outros membros desses grupos. Na perspectiva sincrônica, as variações que se observam na língua estão relacionadas a fatores distintos dentro de cada comunidade de fala, tais como origem geográfica, idade, sexo, entre outros.

Weinreich, Labov e Herzog (2006, p. 124) defendem que “uma mudança linguística começa quando um dos muitos traços característicos da variação na fala se difunde através de um subgrupo específico da comunidade de fala”. Ocorre que, por questões normativas, algumas variantes são reconhecidas como de maior prestígio (variante padrão) em relação às estigmatizadas (não padrão) (Camacho, 2013), e essa prática está diretamente associada à separação de classes sociais, assim como apontado no trabalho de Labov (1966). Gnerre (1985, p. 4) também contribui ao afirmar que “uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais.”

Nesse mesmo viés, Labov (2008) contribui descrevendo o processo de evolução da linguagem, que vem dando espaços às variedades, afirmando que a mudança, inicialmente, se manifesta como uma característica distintiva de um subgrupo específico, muitas vezes sem atrair atenção significativa de observadores externos. À medida que evolui dentro do grupo, também pode se disseminar externamente, propagando-se de forma ondulatória, impactando predominantemente os grupos sociais que estão mais próximos do grupo original. Conseqüentemente, a característica linguística está, inextricavelmente, ligada aos atributos expressivos do grupo de origem, independentemente do prestígio ou de outros valores sociais que possam ser atribuídos a esse grupo por outros membros da comunidade linguística

Diante disso, compreendemos que a Sociolinguística parte da premissa de que as variações linguísticas e as mudanças são intrínsecas às línguas; por essa razão, esses aspectos devem ser sempre considerados nas práticas de análise linguística.

A temática de variação linguística, principalmente em sala de aula, ainda é um tabu em vários contextos. Bortoni-Ricardo (2004) afirma que muitos professores ainda não sabem como lidar com “erros de português”, o que a autora insiste em escrever entre aspas por considerar o termo inadequado e preconceituoso. Nesse sentido, Bortoni-Ricardo (2004, p. 37) ainda insere a ideia de que os erros são “simplesmente diferenças entre variedades da língua”, e nessas diferenças é que Camacho (2013, p. 61) reitera ser um “caos organizado que merece ser escrutinado”.

Ainda nessa mesma concepção, o autor aponta que, diante das frases “nóis compramo os artigo necessário” e “nós compramos os artigos necessários”, certamente admitiríamos a segunda opção. Nesse contexto, ele questiona: “não seria essa situação, que se reproduz quotidianamente em progressão geométrica, um mecanismo mais ou menos velado de discriminação social pela linguagem?” (Camacho, 2013, p. 67)

Diante disso, Bagno (2002) recomenda, ao legitimar o ensino de língua no ambiente educacional, que a instituição de ensino deve oportunizar condições para a construção plena de uma educação linguística, “conceito que difere em muito da prática tradicional de inculcação de uma suposta ‘norma culta’ e de uma metalinguagem tradicional de análise da gramática” (Bagno, 2002, p. 17).

Sobre o tradicionalismo que muitas escolas praticam, compreendemos que “o modo como a língua é ensinada na escola pratica tradicionalmente o modelo da deficiência. O principal pressuposto da tradição normativa é que cabe à escola o papel de compensar supostas carências socioculturais” (Camacho, 2013, p. 69).

A partir disso, também se compreende que:

A escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas. Os professores e, por meio deles, os alunos têm que estar bem conscientes de que existem duas ou mais maneiras de dizer a mesma coisa. E mais, que essas formas alternativas servem a propósitos comunicativos distintos e são recebidas de maneira diferenciada pela sociedade” (Bortoni-Ricardo, 2005, p. 15).

Bagno (2009, p. 68), defendendo essa mesma perspectiva, reitera que “infelizmente, existe uma tendência (mais um preconceito!) muito forte no ensino de língua de querer obrigar o aluno a pronunciar ‘do jeito que se escreve’ como se fosse

a única maneira 'certa' de falar português". No entanto, oralidade e escrita já são trabalhadas em perspectivas distintas desde a ideia de *langue* e *parole* de Saussure.

Como medida, Bortoni-Ricardo (2004, p. 42) afirma que, sob uma pedagogia culturalmente sensível aos saberes dos alunos, a conduta do professor frente a uma regra não padrão deve incluir "dois componentes: a identificação da diferença e a conscientização da diferença".

Em consonância com essa perspectiva, Faraco (2017) afirma que:

Na sala de aula, é imperioso e indispensável não desrespeitar a cultura e as variedades linguísticas dos alunos, valorizando seu (des)envolvimento para que possam aprender e ensinar, compreendendo as relações sociais, as desigualdades, os conflitos e as potencialidades do trabalho pessoal e conjunto (Faraco, 2017, p. 205).

Sendo assim, cabe ao professor a solução desse conflito, reconhecendo as múltiplas variedades e compreendendo que o ensino da norma-padrão não precisa ser substitutivo, nem implica a erradicação das variedades estigmatizadas. É urgente que o ensino seja democrático e acessível às diferentes variedades linguísticas, sejam sociais, regionais, profissionais, etárias, que toda língua viva apresenta.

## **ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS**

A Análise de Conteúdo, segundo Moraes (1999, p. 2), é "usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos". Nesse sentido, esse método de pesquisa colabora para o processo de compreensão de sentidos das mensagens que indivíduos exteriorizam durante seus discursos, visto que, diante de seus procedimentos, a análise de conteúdo constitui-se como uma soma de técnicas de análise dos textos, considerando os conhecimentos relacionados à condição de produção de cada mensagem.

Nesse processo, podemos fazer uso de análise de dados considerando a perspectiva quantitativa, ou seja, pela frequência com que alguns traços e aspectos aparecem no material de análise. No entanto, a Análise de Conteúdo também é bastante utilizada em investigações qualitativas, em que a produção dos dados

acontecerá no desenvolvimento do processo de pesquisa, a partir da presença ou da ausência de aspectos que podem ser identificados a priori ou a posteriori (Moraes, 1999).

Quanto à aplicabilidade, partimos de cinco etapas, sendo: 1) preparação; 2) unitarização; 3) categorização; 4) descrição; e 5) interpretação. Na primeira, a depender do objetivo de pesquisa, procura-se reconhecer as amostras de dados que deverão ser codificadas com números, letras, pseudônimos ou a forma que o analista julgar necessária, desde que garanta o sigilo dos sujeitos de pesquisa. Na segunda, a unitarização, será feita a definição da unidade de análise. Nesse campo, podemos fazer uso do processo de reescrita de fragmentos dos dados.

No que diz respeito à etapa três, categorização, trata-se da fase do processo em que os dados serão organizados de forma que os excertos comuns entre si sejam organizados pelos critérios estipulados a priori ou a posteriori. Diante disso, podemos categorizar a partir de considerações semânticas, sintáticas, léxicas – conforme o analista julgar necessário.

Já a descrição deve ser feita de forma completa e rigorosa, visto que trará os resultados reconhecidos em cada categoria de análise. Por fim, a interpretação condiz com a prática de teorizar sobre o objeto da pesquisa.

Diante disso, para executar as etapas do processo de análise a fim de cumprir com os objetivos deste trabalho, aplicamos um questionário contendo sete questões aos alunos de 7º ano do Ensino Fundamental II de um colégio particular, na cidade de Jacarezinho/PR, na intenção de verificar o que eles compreendem sobre as variedades linguísticas.

Após a oferta do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) aos alunos e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos pais, tivemos 18 sujeitos de pesquisa respondentes do seguinte questionário:

#### **Quadro 1 - Questionário**

- 1) O que você compreende por variedades linguísticas?
- 2) Quais variedades podemos encontrar no Brasil?
- 3) Você reconhece alguma variedade sabendo dizer de "onde" vem? Ou seja, escuta alguma palavra e consegue caracterizar um possível emissor?
- 4) Você convive com algum tipo de variedade linguística?

- 5) Algum professor já falou desse assunto com você?  
 6) Em aula, você já viu algum material, texto, livro e afins que trouxesse uma variedade diferente da norma padrão?  
 7) Você considera importante valorizar as variedades linguísticas?

Fonte: A autora.

Para a codificação dos dados, optamos por utilizar nomes de personagens da Literatura Brasileira para substituir e preservar o nome dos sujeitos de pesquisa, como também utilizaremos "Q" para reconhecer questões, "C" para categoria e "L" para identificar as linhas.

No que diz respeito à categorização dos dados, apresentamos o seguinte quadro:

**Quadro 2 – Categorização**

<b>CATEGORIAS</b>	<b>UNIDADE DE EXPRESSÃO</b>
Compreensão da temática "variedade linguística"	Suficiente
	Parcialmente suficiente
	Insuficiente**
Menção à consciência das variáveis sociais	Grupo etário
	Gênero
	Status socioeconômico
	Grau de escolarização
	Mercado de trabalho
	Rede social
Variedades em sala de aula	Presente
	Ausente**

Presença de outras variedades linguísticas em materiais didáticos	Presente
	Ausente
Considerações sobre a importância das variedades linguísticas em sala de aula	Considera importante
	Não considera importante**

Fonte: A autora.

Os campos assinalados com dois asteriscos (\*\*) correspondem às categorias e às unidades que não se efetivaram no decorrer da pesquisa.

## ANÁLISE DE DADOS

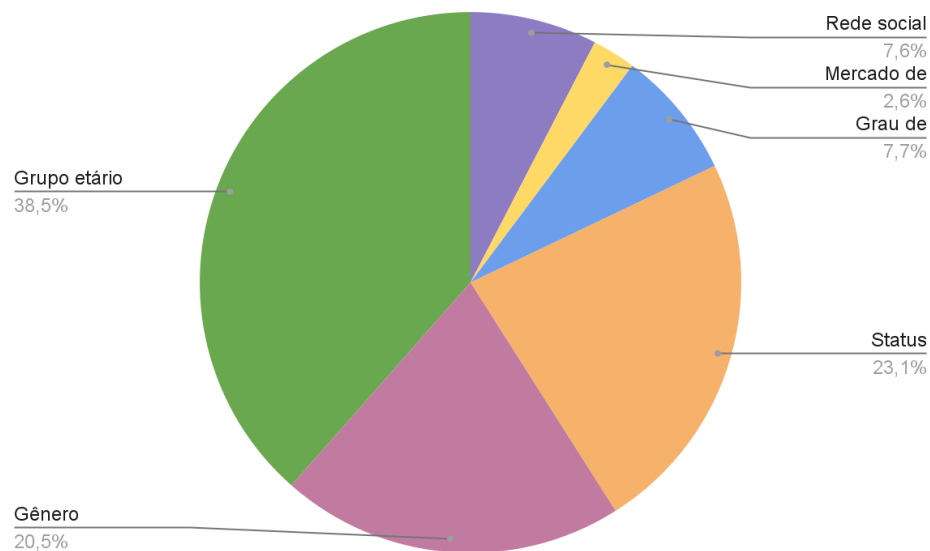
Quanto à primeira categoria, “Compreensão da temática ‘variedade linguística’”, entendemos que os alunos, no geral, compreenderam o que são variedades linguísticas, visto que, mesmo com respostas mais simples, como “São as diferentes formas de falar uma língua” (Iracema, Q1, L1) e “São os tipos diferentes de falar” (Chicó, Q1, L1), também tivemos respostas mais completas, que julgamos suficientes, considerando a série e a idade dos sujeitos de pesquisa, como observado em: “São as diferentes formas de se usar a língua portuguesa, pois não se tem uma determinada forma certa de usá-la” (Riobaldo, Q1, L1-2); “Variedades linguísticas são variações no sotaque, idade, gênero, etc.. Podem variar em diferentes regiões, países e até na mesma cidade. Ou seja, é vários [sic] jeitos de falar uma mesma língua” (Lucíola, Q1, L1-3); “É a variedade da língua dependendo das regiões e das classes, tipo adolescentes, adultos, crianças, mas nenhuma tá [sic] errada” (Bentinho, Q1, L1).

Diante dessas informações, julgamos que os alunos compreenderam as variedades linguísticas, visto que

[é] importante compreender que a língua não é um sistema uno, invariado, estático, mas, necessariamente, abriga um conjunto de variedades, variantes e dialetos. Todas as línguas são moldadas pelos contextos socioculturais e a sua variação e mudança dependem da forma como os usuários replicam o seu uso (Timbane, 2018, p. 01).

Já na segunda categoria, “Menção à consciência das variáveis sociais”, esperávamos que os alunos reconhecessem às variedades sociais que constituem as comunidades de fala. Nesse processo, optamos por nomear a categoria, bem como as unidades de expressão, de acordo com os estudos de Bortoni-Ricardo (2004). Diante disso, obtivemos os seguintes dados, organizados pela quantidade de vezes em que esses termos apareceram nas respostas:

**Gráfico 1** – Menção à consciência das variáveis sociais



Fonte: A autora.

Nesse momento, observamos que todas as categorias propostas por Bortoni-Ricardo (2004) foram mencionadas nos questionários. Algumas apareceram de forma mais específica, como em: “Existem as de região, classe social, idade, gênero e escolaridade” (Macabea, Q2, L1-2); e “Podemos encontrar variedades de classes sociais, existe de gênero, de região, de sexo, classe de emprego, o falar do jovem, o falar do idoso, o falar do adulto” (Gabriela, Q2, L1-3). Também foram observadas categorias de forma mais sutil, como quando Iracema (Q6, L1) cita o “e-mail” e Inocência (Q6, L1) a “internet”, o que demonstra o reconhecimento dos meios virtuais como um tipo de variedade.

Nesse momento, cabe considerar que, conforme aponta Bortoni-Ricardo (2004), as variações linguísticas observadas nas comunidades de fala não ocorrem de forma aleatória, mas são condicionadas por diferentes fatores sociais, os quais contribuem para a constituição do repertório sociolinguístico dos falantes. Entre esses fatores, a autora destaca:

- Grupos Etários: “No interior da família, há diferenças sociolinguísticas intergeracionais: os avós falam diferente dos filhos e dos netos etc. O mesmo ocorre na sociedade como um todo” (Bortoni-Ricardo, 2004, p. 47).
- Gênero: O gênero constitui um fator relevante de variação linguística na medida em que se articulam aos papéis sociais desempenhados pelos falantes e às expectativas socioculturais que recaem sobre eles. Bortoni-Ricardo (2004) observa que determinados usos linguísticos são socialmente associados a comportamentos considerados mais ou menos adequados a homens e a mulheres em contextos específicos. Nesse sentido, a autora exemplifica que as mulheres tendem a empregar com maior frequência diminutivos e marcadores conversacionais, como “né?” e “tá?” (Bortoni-Ricardo, 2004, p. 47); entretanto, tais usos não devem ser compreendidos como características inerentes ao sexo biológico, mas como práticas discursivas relacionadas às funções sociais, às normas de interação e aos contextos comunicativos nos quais os sujeitos estão inseridos. Assim, homens e mulheres podem mobilizar diferentes recursos linguísticos conforme os papéis sociais que assumem e as situações de comunicação em que se encontram.
- Status socioeconômico: “As diferenças de status socioeconômico representam desigualdades na distribuição de bens materiais e de bens culturais, o que se reflete em diferenças sociolinguísticas”. A autora ainda condera que “[...] Esse fator é muito relevante, considerando que, em nosso país, a distribuição de renda é muito desigual” (Bortoni-Ricardo, 2004, p. 48).

- Grau de escolarização: “Os anos de escolarização de um indivíduo e a qualidade das escolas que frequentou também têm influência em seu repertório sociolinguístico” (Bortoni-Ricardo, 2004, p. 48).
- Mercado de trabalho: “Certos profissionais [...] precisam ter maior flexibilidade estilística e ser capazes de variar sua fala numa gama de estilos, dominando com segurança os estilos mais monitorados (Bortoni-Ricardo, 2004, p. 48).
- Rede social: “Cada um de nós adota comportamentos muito semelhantes ao das pessoas com quem convivemos em nossa rede social”. Diante desse cenário, a autora ainda afirma que, por consequência, “a rede social de um indivíduo é constituída pelas pessoas com quem esse indivíduo interage nos diversos domínios sociais, [o que] também é um fator determinante das características de seu repertório sociolinguístico” (Bortoni-Ricardo, 2004, p. 49)

No que diz respeito à categoria 3, “Variedades em sala de aula”, somente *um* aluno afirmou não ter aprendido sobre a temática em sala de aula com algum professor, enquanto dezessete declararam que sim, a partir de excertos como: “Sim, duas professora de português, a ‘nome da professora x’ e a ‘nome da professora y’” (Gabriela, Q1, L1-2); “Sim, minha professora de produção de texto” (Riobaldo, L1, Q1); “Sim, a professora ‘nome da professora x’, ‘nome da professora y’, ‘nome da professora z’ e ‘nome do professor n’” (Iracema, Q5, L1-2); “Sim, porque é super importante estudar variedade linguística na aula” (Emília, Q5, L1); “Sim, a professora explicou sobre isso e nos deu vários exemplos” (Macabea, Q5; L1-2).

Um dado importante nessa categoria foi que os nomes de quatro professores específicos foram mencionados em múltiplos questionários, o que demonstra que os alunos souberam reconhecer os professores que abordaram essa temática em sala de aula. Além disso, apreciamos a conduta desses docentes, visto que é extremamente importante o ensino das variedades linguísticas em sala de aula, considerando que “todas as línguas apresentam dinamismo inerente, o que significa dizer que elas são heterogêneas” (Mollica, 2007, p. 9). Desse modo, “desconsiderar a língua do contexto

social acarreta, na escola, um mero estudo de estruturas normativas, deixando de lado os usos linguísticos concretos” (Coan; Pontes, 2013, p. 181).

Ainda sobre a sociolinguística em sala de aula, vale lembrar que a Base Nacional Comum Curricular prevê como uma das competências específicas:

Compreender as línguas como fenômeno (geo)político, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-as e vivenciando-as como formas de expressões identitárias, pessoais e coletivas, bem como respeitando as variedades 4 linguísticas e agindo no enfrentamento de preconceitos de qualquer natureza (Brasil, 2018).

Ainda, o documento contempla como habilidade específica:

(EM13LGG402) Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de língua adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso, respeitando os usos das línguas por esse(s) interlocutor(es) e combatendo situações de preconceito linguístico (Brasil, 2018).

Já na categoria “Presença de outras variedades linguísticas em materiais didáticos”, objetivamos compreender se os alunos identificavam a presença de alguma outra variedade linguística nos livros didáticos, ou se o material contava somente com a presença da norma culta, ou seja, a língua de prestígio. Diante disso, as respostas mostraram que: “Sim, no livro também há textos que são e-mail” (Iracema, Q6, L1); “Sim, alguns textos da nossa apostila e o livro Bolsa Amarela tem várias variações linguísticas” (Macabea, Q6, L1-3); “Sim, nas aulas de produção de texto vimos uma entrevista com um da roça” (Baleia, Q6, L1-2); “Sim, na minha apostila já vi textos de pessoas mais pobres, já vi e-mails, entre muitos outros textos que variam seu jeito de falar” (Lucíola, Q6, L1-3); “Sim, já vi bilhetinhos com palavras abreviadas e gírias” (Riobaldo, Q6, L1-2); “Sim, o texto do seu Durvalino, o texto tinta no cabelo e outros sobre opiniões e entrevistas” (Chicó, Q6, L1-2).

Excertos como esses concordam com os estudos de Peterman e Alves (2018), quando afirmarem que

Tendo como base a compreensão de linguagem como produto e produtora da interação social e, por isso, uma prática social, verificou-

se também uma necessidade de mudar o ensino de línguas na escola. Dessa forma, estudos sobre Variação Linguística começaram a ser integrados ao trabalho em sala de aula, com o intuito de refletir sobre a grande variedade linguística existente, deixando de lado o antigo pensamento dicotômico de “certo” e “errado”, e introduzindo uma reflexão acerca dos usos mais ou menos legitimados de forma situada (Peterman; Alves, 2018, p. 3).

Por fim, perguntamos aos alunos se eles consideravam importante a valorização das variedades linguísticas para compor a última categoria, “Considerações sobre a importância das variedades linguísticas em sala de aula”, e os resultados foram: “Sim, pois existem muitas que não são respeitadas” (Iracema, Q7, L1); “Sim, porque toda forma de falar está correta, depende da variação” (Macabea, Q7, L1); “Sim, porque cada um tem seu jeito de falar, se falasse todo mundo igual ia ser horrível” (João Grilo, Q7, L1-3); “Sim, pois cada um tem seu jeito de falar e devemos respeitar isso” (Lucíola, Q7, L1-2); “Sim, pois nem todos falam da mesma forma e devemos respeitar o jeito de falar dos outros, independente da situação” (Chicó, Q7, L1-3).

Percebe-se que os alunos reconhecem as variedades e a importância de estudá-las em ambiente escolar, pois essa prática é prevista pelas normativas educacionais, conforme observado:

No ensino-aprendizagem de diferentes padrões de fala e escrita, o que se almeja não é levar os alunos a falarem certo, mas permitir-lhes a escolha da forma de fala a utilizar, considerando as características e condições do contexto de produção, ou seja, é saber adequar os recursos expressivos, a variedade de língua e o estilo às diferentes situações comunicativas: saber coordenar satisfatoriamente o que fala ou escreve e como fazê-lo, saber que modo de expressão é pertinente em função de sua intenção enunciativa... a questão não é de erro, mas de adequação às circunstâncias de uso, de utilização adequada da linguagem (Brasil, 1998, p. 31).

Sendo assim, compreendemos que as variedades linguísticas devem ser respeitadas e, por obviedade, trabalhadas, também, em sala de aula.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Scherre (2020, p. 117) defende o respeito linguístico definindo-o como “a convivência harmoniosa entre as diferentes formas de falar, seja no plano das diferenças entre línguas, seja no plano das diferenças entre as variedades no interior de uma mesma língua.” Ocorre que, historicamente, a sala de aula foi concebida como um espaço monolíngue, no qual apenas a norma-padrão era legitimada, reproduzindo uma herança elitista e excludente da tradição escolar brasileira. Essa prática, além de desconsiderar a diversidade linguística presente entre os alunos, reforçou estigmas e preconceitos que ainda persistem no ensino de língua portuguesa.

Os resultados desta pesquisa, realizada com alunos do 7º ano do Ensino Fundamental II em uma escola do interior do Paraná, evidenciaram que, mesmo em uma fase inicial de escolarização, os estudantes já demonstram compreender que a língua não se restringe à norma culta, reconhecendo a existência de outras formas legítimas de expressão. Além disso, verificou-se a presença de materiais didáticos que contemplam variedades linguísticas distintas, bem como a atuação de professores que, de maneira significativa, introduzem essa discussão em suas práticas pedagógicas.

Tais achados confirmam a importância de integrar a variação linguística ao ensino de língua portuguesa, em consonância com a perspectiva sociolinguística e com as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que preconiza o respeito à diversidade e o combate a preconceitos de qualquer natureza. Conclui-se, portanto, que o ensino da língua materna deve assumir uma postura democrática e crítica, na qual a norma-padrão seja ensinada sem o apagamento das demais variedades, reconhecendo-se o valor social e cultural de cada forma de falar.

Assim, o presente estudo reforça a necessidade de uma educação linguística inclusiva, capaz de preparar os alunos não apenas para a adequação comunicativa em diferentes contextos, mas também para o exercício da cidadania, fundamentado no respeito à pluralidade linguística e na superação do preconceito linguístico ainda tão enraizado em nossa sociedade.

## REFERÊNCIAS

- ALKMIM, T. M. Sociolinguística. In: MUSSALIN F.; BENTES, A. C. (org.). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 21-47.
- BAGNO, M.; STUBBS, M.; GAGNÉ, G.. **Língua materna: letramento, variação e ensino**. São Paulo: Parábola, 2002.
- BAGNO, M. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 51. ed. Loyola: São Paulo, 2009.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 70. ed. São Paulo: 2010.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **Nós chegemos na escola, e agora?** Sociolinguística & Educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação-MEC. **Base Nacional Comum Curricular - BNCC**. Brasília: MEC/SEF, 2018
- BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral**. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1976.
- CAMACHO, R. G. Sociolinguística, parte II. In: MUSSALIN F.; BENTES, A. C. (org.). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2013. p. 49-75.
- CEZARIO, M. M. VOTRE, Sebastião. Sociolinguística. In: Martelotta, M. E. et al (org.). **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 141-155.
- COAN, M.; PONTES, V. O. Variedades linguísticas e ensino de espanhol no Brasil. **Revista Trama**, Paraná, v. 9, n. 18, p. 179-191, 2013.
- FARACO, C. A.; ZILLES, A. M. (org.). **Para conhecer norma linguística**. São Paulo: Contexto, 2017.
- GNERRE, M. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo, Martins Fontes, 1985.
- LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos**. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2008.

LEITE, M. Q. **Preconceito e intolerância na linguagem**. São Paulo: Contexto, 2008.

LABOV, W. **The social stratification of English in New York**. Washington: Center of Applied Linguistics, 1966.

MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (org.). **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2007

MORAES, R. Análise de conteúdo. In: **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

PETERMANN, R.; ALVES, L. H. Língua, variação e livro didático: análise da abordagem da variação linguística em manuais didáticos do Ensino Médio. **LínguaTec**, 2018. <https://doi.org/10.35819/linguatec.v3.n2.a3034>. Acesso em: 21 fev. 2026.

POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. São Paulo/Campinas: Mercado de Letras, 1996 (Coleção Leituras do Brasil).

SCHERRE, M. M. P. Respeito linguístico. In: ARNT, R.; SCHERRE, M. M. P. (org.). **Dicionário: Rumo à Civilização da Religião e ao Bem-viver**. Fortaleza: Editora da UECE, 2021. p. 117-120.

SCHERRE, M. M. P. **Respeito linguístico**: contribuições da sociolinguística variacionista, 2020. Palestra apresentada no ABRALIN ao vivo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=W4XqhsiB9I0>. Acesso em: 15 abr. 2021.

TIMBANE, Alexandre Antonio. A Variação Linguística do Português Moçambicano: uma Análise Sociolinguística da Variedade em Uso. **Revista Internacional Em Língua Portuguesa**, 2018, 19–38. DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2017.32/pp.19-38>. Acesso em: 21 fev. 2026.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma mudança linguística**. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.